

PLANO DE TRABALHO

Convênio

INTRODUÇÃO

Este plano de trabalho é uma proposta de cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele propõe, assim, a continuidade do trabalho feito entre 2020 e 2022, quando o Complexo de Formação de Professores da UFRJ realizou diversas ações de ensino, pesquisa e extensão em parceria com a SME, a Escola de Formação Paulo Freire (EPF) e 48 unidades escolares. O Complexo de Formação de Professores (CFP) é uma política diferenciada de formação inicial e continuada de docentes que se caracteriza pela defesa de um espaço não hierárquico de articulação entre a universidade e a escola pública, reconhecendo-a como *locus* de formação profissional dos professores da Educação Básica. Com essa iniciativa, a UFRJ reafirma o compromisso com a formação destes profissionais, contribuindo para a consolidação de um projeto de educação pública, laica, gratuita, de qualidade e democrática.

Três princípios norteiam a política do CFP: horizontalidade de responsabilidades e de saberes; pluralidade de ações, de sujeitos e de espaços; e integração de ações de formação. Nesta perspectiva, este plano de trabalho incorpora, em sua proposta, o aprendizado construído nos dois últimos anos de trabalho em parceria com as escolas básicas da rede municipal de ensino. O novo convênio permitirá a construção de um conjunto de ações articuladas de formação inicial e continuada, discutidas e planejadas coletivamente entre a UFRJ, a Escola de Formação Paulo Freire e as unidades escolares da Rede Municipal. Isso sempre considerando as particularidades de cada contexto institucional, de forma a estabelecer um *locus* de formação no qual os diferentes saberes produzidos e mobilizados nos múltiplos espaços institucionais e profissionais sejam reconhecidos e legitimados.

Durante o trabalho desenvolvido anteriormente, as ações assumiram diferentes modalidades, tais como: projetos e cursos de extensão, ações com a pós-graduação, palestras e projetos de pesquisa. Com a renovação da parceria abre-se a oportunidade para, além da continuidade e ampliação do que já se fez, a implementação de redes de prática de ensino e estágio supervisionado, bem como a oferta de cursos de especialização *lato* e *stricto sensu*.

Por fim, a continuidade desta parceria, celebrada neste convênio para o biênio 2023-2025, significa apostar no caminho da construção de um “terceiro espaço”, ou “Casa Comum”, um “entre lugar”, de que fala o professor António Nóvoa (2019). Um lugar onde as relações deverão ser horizontais e democráticas, em que professores universitários,

licenciandos, professores da educação básica e gestores se encontram e contribuem com seus conhecimentos, saberes e práticas para a consolidação de uma política pública de formação docente, que responda às demandas que interpelam as escolas públicas na atualidade.

CONTEXTO

Durante mais de dois anos, no contexto da Pandemia da COVID-19, um dos setores da vida social mais afetados no Brasil foi sem dúvida a educação escolar e, em especial, a escola básica. Muitas crianças, sobretudo, as mais vulneráveis, sofreram e ainda sofrem com os efeitos de terem deixado de frequentar o espaço escolar durante a crise sanitária, como demonstrado por estudos realizados pelo IBGE (2021) e a UNESCO (2022).

Uma das consequências do afastamento do espaço escolar – em que pesem os esforços das secretarias de educação, das escolas e dos docentes para manter as aulas remotamente - e da convivência com os professores e outros estudantes foi a dificuldade dos estudantes na volta às aulas. Uma das questões suscitadas foi: como lidar com os déficits escolares, emocionais e afetivos das crianças e adolescentes que voltaram às escolas depois de dois anos? Nisso se incluem os profissionais da educação que também enfrentaram e ainda enfrentam os efeitos da pandemia em suas vidas pessoais e profissionais.

Nesse sentido, a parceria entre a UFRJ e a SME-RJ, via Complexo de Formação de Professores, ganhou maior relevância. Pois a formação inicial dos docentes não os preparou para enfrentar esse cenário marcado por novos desafios como o déficit educacional e o aumento das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

Assim, somaram-se aos já conhecidos problemas e lacunas da formação docente, questões advindas da crise social, econômica e de saúde provocadas pela pandemia. Diante desse quadro, a parceria entre a UFRJ e a SME deve ser retomada com o intuito de forjar, no interior da UFRJ e nas escolas envolvidas, condições teórico-práticas para a superação dos novos problemas, a partir de um trabalho de formação profissional de docentes (inicial e continuada) comprometido com a qualidade da educação e do fortalecimento da escola pública.. Esse processo deve envolver diferentes ações e sujeitos e, conseqüentemente, contribuir para melhorar os índices escolares, principalmente o IDEB, a partir de uma formação que ajude os docentes a enfrentarem os enormes desafios postos nessa segunda década do século XXI.

Desse modo, serão atendidos pelo presente acordo, professores e gestores das escolas parceiras e seus alunos/alunas; estudantes dos cursos de licenciatura da UFRJ; estudantes

dos cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu da UFRJ e integrantes dos grupos de pesquisa vinculados à UFRJ.

O trabalho continuará a ser realizado de acordo com os preceitos do CFP: horizontalidade, pluralidade e integração de sujeitos e saberes. Inseridos agora em uma ação conjunta integrando diferentes escolas, seus parceiros locais, e a SME-RJ, sobretudo através da Escola de Formação Paulo Freire (EFPF). A duração, a frequência e os horários de cada atividade dependerá do grau de aprofundamento de cada demanda escolar, sendo definidas em comum acordo entre os sujeitos envolvidos.

Será, portanto, promovida a integração e fortalecimento dos processos de produção e de mobilização de saberes, incluindo a realização de atividades de diversas modalidades, desenvolvidas com a participação de docentes, licenciandos e gestores. Com isso, espera-se contribuir para a melhoria da qualidade da formação inicial e continuada de professores na Educação Básica na cidade do Rio de Janeiro, o que só poderá ser mensurado a médio e longo prazo, mas que exige mudanças efetivas no presente.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa da implementação do Complexo de Formação de Professores (CFP), pela UFRJ e a parceria com a rede municipal - responsável pela educação infantil, séries iniciais e anos finais do Ensino Fundamental – ao longo dos últimos anos, comprovou a importância de se assumir a formação inicial e continuada dos docentes como prioridade estratégica para a melhoria da qualidade da educação. Com professores/professoras bem formados, as crianças e adolescentes têm maiores chances de conseguir êxito em seus percursos escolares. Isso, certamente, impactará positivamente os sujeitos que frequentam as escolas, suas famílias e suas comunidades de modo geral.

Muitas pesquisas no campo da educação, bem como dados oficiais comprovam que quanto maior o nível de escolaridade de uma pessoa, maiores serão suas chances de conseguir melhor emprego e renda superior (SALVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010); (IBGE, 2021).

Desse modo, o CFP, cumprindo com a sua responsabilidade pública de valorização da formação de professores, da escola pública e da profissão docente, reafirma a intenção de continuar a parceria com as escolas básicas da rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro. Com a assinatura de um novo convênio, o trabalho continuará a ser desenvolvido em diferentes espaços formativos no âmbito da UFRJ e nas escolas parceiras, no sentido de

consolidar uma “Casa Comum” que ofereça condições objetivas para a operacionalização dos princípios que orientam as ações entre a UFRJ e a SME-RJ, no âmbito do CFP.

Nesse espaço comum, a docência é compreendida como uma atividade profissional, com características próprias, que deve ser construída por dentro da própria profissão, devendo se dar em um *locus* forjado a partir da articulação entre Instituições públicas de Ensino Superior e escolas de Educação Básica. Desta forma, é possível preservar as singularidades e potencializar a produção de saberes e a reflexão sobre práticas em cada um desses espaços, fortalecendo a cultura acadêmica e a cultura escolar por meio do enfrentamento dos desafios que interpelam essas instituições de forma compartilhada e solidária.

Por fim, é inegável que essa parceria pode fortalecer o trabalho das escolas e ajudá-las a superar as novas dificuldades impostas pelo contexto atual. Assim, a construção de ações em comum, entre o CFP, a SME-RJ e as escolas parceiras, tendo em vista a oferta de uma educação pública de qualidade é, ao mesmo tempo, necessária e possível.

OBJETO

O objeto do presente acordo é firmar uma parceria entre a UFRJ/CFP e a SME-RJ que invista na formação inicial e continuada dos docentes, contribuindo para a construção de uma Casa Comum que fortaleça os laços entre a Universidade e as escolas básicas.

METAS A SEREM ATINGIDAS

Objetivo 1 – Fortalecer as escolas parceiras como espaço de formação docente

Metas:

1. Criação de espaços formativos envolvendo professores e gestores escolares e professores e estudantes universitários;
2. Realização de reuniões sistemáticas de planejamento de ações coletivas de acordo com os interesses da comunidade escolar;
3. Criação de mecanismos de representação das escolas parceiras junto às instâncias do CFP (REPs¹ e NPPLs²);

¹ De acordo com o regimento do Complexo de Formação de Professores, a Rede de Educadores de Prática de Ensino (REP) é composta por: Representação da UFRJ (docentes do Curso de Licenciatura da UFRJ) e Professores da Educação Básica das escolas/instituições parceiras com o objetivo de orientar e acompanhar o licenciando durante o Estágio obrigatório Supervisionado. (BRASIL, 2018).

² O mesmo regimento mencionado anteriormente, determina a criação de um Núcleo de Planejamento Pedagógico da Licenciatura para cada curso de graduação composto por: coordenador e professores do curso de licenciatura, professores da Educação Básica da UFRJ, representantes dos programas institucionais relacionados com as licenciaturas, coordenadores ou diretores adjuntos de extensão das unidades acadêmicas, representante dos estudantes do respectivo curso de licenciatura e representantes do grupo de escolas ou instituições parceiras

4. Realização de estágio supervisionado, planejado em colaboração entre os professores de Prática de Ensino, os professores de sala de aula e os professores do Colégio de Aplicação da UFRJ;
5. Divulgar na cartografia as ações formativas oferecidas pelas escolas aos estudantes das licenciaturas.

Objetivo 2 - Incrementar e fortalecer a formação continuada dos professores das escolas parceiras.

Metas:

1. Construção de critérios e normas para participação de professores das escolas parceiras em disciplinas dos cursos de licenciatura e pós-graduação da UFRJ, seja como professor convidado seja como ouvinte;
2. Garantir emissão de certificado de participação para os licenciandos nas ações formativas realizadas nas escolas parceiras;
3. Constituição das Redes de Educadores de Prática de Ensino (REPs) e estágio supervisionado;
4. Oferecer as ações formativas realizadas na universidade para os professores e gestores da escola;

Objetivo 3 – Consolidar uma casa comum de formação inicial e continuada de professores no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Metas:

1. Elaboração de critérios em conjunto com a SME e, em particular, com a Escola de Formação Paulo Freire (EFPF), para a seleção de escolas que integrarão o projeto Casa Comum;
2. Construção de plano estratégico de ação, envolvendo a Escola de Formação Paulo Freire e unidades escolares selecionadas;
3. Mapeamento sistemático das ações desenvolvidas nas escolas oferecidas aos universitários;
4. Promoção de atividades coletivas de produção intelectual e materiais pedagógicos;
5. Garantia da participação dos representantes dos professores das escolas parceiras nas reuniões sistemáticas dos Núcleos de Planejamento Pedagógico das Licenciaturas (NPPLs).

INDICADORES, QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Objetivo 1

- Lista com atualização das escolas que atendem aos critérios estabelecidos pela SME-RJ e pelo Complexo de Formação de Professores;
- Tabela com rol de demandas formativas da equipe de cada escola parceira para a continuidade do convênio;
- Planejamento de ações formativas;
- Registro das ações formativas realizadas em conjunto com as escolas parceiras;
- Documento oficial com indicação dos representantes das escolas parceiras nas instâncias do CFP (NPPLs);
- Frequência dos professores nos encontros dos NPPLs;
- Relação do Quantitativo de vagas de estágio por área do conhecimento em cada escola;
- Tabela com a lista das ações formativas que as escolas desenvolvem com vagas para participação de estudantes universitários;
- Inclusão das ações formativas oferecidas pelas escolas aos licenciandos na cartografia de ações do CFP

Objetivo 2

- Documento oficial com os critérios para operacionalização de estágios, ações de extensão e pesquisas realizadas em conjunto com as escolas da SME-RJ;
- Certificação de participação dos professores nas ações realizadas na UFRJ;
- Relação das REPs instituídas e seus participantes por escola e registro dos encontros;
- Registro da apresentação da cartografia (possibilidades de formação continuadas dos professores na UFRJ) para as escolas.

Objetivo 3:

- Relação dos critérios definidos conjuntamente para seleção das escolas que integrarão o Projeto “Casa Comum”;
- Um plano coletivo de ações necessárias à formação inicial e/ou continuada de cada escola partícipe;
- Publicação da produção intelectual produzida ao longo do Projeto;
- Registro do material didático-pedagógico construído na parceria.

PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Início: 2023 Fim: 2025

FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os resultados serão apresentados na forma de relatórios impressos e em arquivo digital.

PRAZO

- 24 meses (podendo ser prorrogado por até 60 meses, em caso de metas de caráter continuado);

O cronograma de atividades específicas planejadas coletivamente será definido com os envolvidos de cada escola de acordo com as demandas e necessidades de cada unidade escolar. As ações de extensão, pesquisa, ensino e de formação continuada ofertadas pela UFRJ serão disponibilizadas em uma “cartografia” a ser disponibilizada em um site específico oferecido às escolas (estas poderão também ofertar suas ações) .

CUSTOS

A Parceria firmada neste Convênio não trará ônus para a Prefeitura, pois não há valores econômicos envolvidos.

SUPERVISÃO

- Uma vez assinado o convênio e redefinido o grupo de escolas parceiras, o CFP e as escolas definirão a melhor forma de fazer o acompanhamento e a avaliar as ações. Para tanto, será criado um plano de avaliação processual com a participação de representantes das escolas, do CFP/UFRJ e da Escola de Formação Paulo Freire/SME-RJ.

OBRIGAÇÕES

- Da Secretaria Municipal de Educação (Município do Rio de Janeiro):

- Franquear o acesso de profissionais do Complexo de Formação de Professores da UFRJ às escolas selecionadas como parceiras;
- Monitorar as ações previstas neste plano de trabalho através da Subsecretaria de Ensino - E/SUBE;
- Garantir as condições necessárias para o bom andamento das ações.

- Da UFRJ:

- Normatizar a participação dos professores das escolas parceiras em atividades formativas desenvolvidas na Universidade;
- Monitorar o desenvolvimento das ações formativas planejadas no âmbito do Convênio;
- Prestar informações periódicas sobre o andamento das ações previstas na parceria;
- Produzir relatórios semestrais impressos e digitais a serem enviados à Subsecretaria de Ensino da SME-RJ .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Resolução N° 20/2018. Aprova o Regimento do Complexo de Formação de Professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

NÓVOA, A. Os professores e sua formação num tempo ou metamorfose da escola. Educação e realidade n. 44, 2019.

SALVATO, M. A., Ferreira, P. C. G., & Duarte, A. J. M.. (2010). O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. Estudos Econômicos (São Paulo), 40 (Estud. Econ., 2010).

UNESCO. Educação: do fechamento das escolas à recuperação. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/covid-19/education-response>. acessado em 26/01/2023



Carmen Tereza Gabriel

Coordenadora do Complexo de Formação de Professores

ANEXO I

Projeto Casa Comum:

Um encontro entre Escolas Públicas e Universidade

Introdução

O debate sobre como deve ser a escola e a formação docente no século XXI continua aberto e controverso, mas é inegável que a profissão de professor continuará existindo - independentemente dos rumos que a sociedade trilhe. As mudanças tecnológicas, o aumento exponencial na circulação da informação, a multiplicação das redes sociais e os ataques ao conhecimento científico são desafios que interpelam as instituições escolares na atualidade, exigindo cada vez mais dos professores. Portanto, a formação docente precisa ser repensada e constituir-se uma pauta prioritária para o campo da educação.

Pensar nas relações a serem estabelecidas entre as instituições diretamente envolvidas com a profissionalização docente, ou seja, entre a Universidade, a escola básica públicas e, quiçá, os movimentos sociais, implica reconhecer que a escola, longe de ser apenas o local de trabalho do professor, ou replicadora do que se produz nas universidades, é, antes de tudo, um espaço de construção de saberes e formação profissional. Tal reconhecimento significa que o docente se faz docente nas escolas com seus colegas de profissão e seus alunos, e não apenas na Universidade (NÓVOA, 2019).

Atenta a essa questão, a UFRJ institucionalizou, em 2018, o Complexo de Formação de Professores da UFRJ (CFP), uma iniciativa inovadora, inspirada em pesquisas que apontam para a criação de um novo ambiente de formação docente a partir do trabalho conjunto entre universidades e escolas públicas. A articulação entre universidades e escolas de Educação Básica com vistas à formação docente vêm sendo chamada de “terceiro espaço” ou “casa comum” e considerada a escola como *locus* primordial da formação docente (NÓVOA, 2017; ZEICHNER, 2010). De acordo com Nóvoa, o “segredo” desse 'terceiro lugar' está numa fertilização mútua entre a universidade e as escolas, na construção de um lugar de diálogo que reforce a presença da universidade no espaço da profissão e a presença da profissão no espaço de formação”. (NÓVOA, 2017, p.1116).

Desde 2018, o CFP vem atuando a partir de três princípios básicos: horizontalidade, pluralidade e integração de sujeitos, saberes e territórios. Assim, com o intuito de colaborar com a

valorização do trabalho docente e o reconhecimento do importante papel formador das escolas de Educação Básica, o CFP estabeleceu parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Oficializada em 2020, tal parceria já produziu uma série de ações compartilhadas, cumprindo o papel de aproximar a Universidade do espaço escolar a partir da ideia de complementaridade, colaboração e relações democráticas. Esse é um movimento fundamental de articulação entre universos formadores que se encontram, na maioria das vezes, apartados ou com contatos apenas esporádicos.

A criação do projeto “Casa Comum” busca aprofundar essa parceria propondo a construção de um espaço de partilha de saberes, conhecimentos e ações entre Escola, Universidade pública e Movimentos Sociais envolvidos com Educação. Um “terceiro espaço”, um “entre lugar”, formado na confluência de ações de formação docente, tendo como pano de fundo a preocupação com a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, que atenda as expectativas e as necessidades do povo brasileiro.

A Casa Comum

A “Casa Comum” assume-se como um espaço de interseção entre universidade, escolas públicas e movimentos sociais (ver anexo). Esse espaço é pautado por uma perspectiva integradora, horizontal e democrática. Assim, a “Casa Comum” deve ser compreendida como um processo permanente de troca de saberes e práticas formadoras, tanto de professores em formação, como daqueles iniciantes na carreira docente e dos que já se encontram no trabalho cotidiano nas salas de aula.

A formação profissional docente tem início nos cursos de licenciatura, quando o estudante, além dos conhecimentos específicos da área disciplinar do curso e da Educação, também aprende os conhecimentos didático-pedagógicos. Nesse período, a formação precisa romper os muros da universidade e se articular com a realidade da escola, da sala de aula e com a cultura escolar. Após a formação universitária, uma etapa crucial da formação docente é o ingresso na profissão e os primeiros anos de exercício profissional – a inserção profissional. Segundo Nóvoa (2022, p.199), esse é o período mais importante da constituição da identidade profissional docente, motivo pelo qual é preciso dedicar especial atenção. Nesse sentido, a articulação entre universidade e escola constitui um caminho potente para a *indução profissional docente*, compartilhando a

responsabilidade pelo acolhimento e acompanhamento dos professores iniciantes. De acordo com Cruz, et al. (2020), “a indução representa o investimento de formação intencional e sistemática em torno de professores iniciantes ou principiantes durante a sua inserção profissional”. No entanto, sendo a docência uma profissão que se dedica ao humano, está em constante mudança, pois é fortemente interpelada pelas questões sociais, políticas e econômicas, o que exige do profissional professor um processo de contínuo aprendizado.

Por tudo isso, reafirmamos a relevância desse projeto para a construção de uma “Casa Comum” de formação de professores, cujo foco seja o desenvolvimento profissional docente, onde, tanto universidade, como escolas e movimentos sociais “estejam dispostos a colaborar e a transformar-se, construindo processos de formação diretamente articulados com a pedagogia, a reflexão, a pesquisa, a escrita e a ação pública”. (Nóvoa, 2018, p.203).

Dessa forma, o funcionamento da Casa Comum proporcionará benefícios, para professores, as crianças e adolescentes, suas famílias e comunidades, pois escolas que contam com profissionais mais bem qualificados respondem melhor às demandas e necessidades dos territórios onde atuam. Pesquisas apontam para a correlação entre um bom desempenho escolar (REYNOLDS. et.al, 2008; SOUZA; BATISTA, 2018) e melhor qualificação dos docentes e suas condições de trabalho, incluindo espaços de formação continuada. Assim, investir em formação profissional docente é investir em maior qualidade na educação e, conseqüentemente, melhor desempenho escolar.

Objetivo geral

Contribuir com a melhoria da qualidade da Educação, através da construção de um espaço de trabalho colaborativo e de troca de saberes para formação inicial e continuada de professores.

Objetivos Específicos:

1. Desenvolver estratégias de articulação entre Universidade Pública, Escolas Públicas e Movimentos Sociais;
2. Forjar a escola de Educação Básica como um espaço formativo;
3. Valorizar a docência enquanto uma categoria profissional;
4. Incrementar a formação inicial de professores para a Educação Básica;
5. Fomentar a formação continuada de professores em exercício;
6. Conceber um programa de indução profissional de professores

7. Ampliar as experiências formativas dos estudantes dos cursos de licenciatura no espaço escolar;
8. Fomentar a troca de saberes e a produção intelectual dos sujeitos participantes.

Metodologia:

Para a construção do Projeto Casa Comum serão selecionadas em torno de 10 (dez) escolas parceiras, de acordo com critérios estabelecidos em parceria entre a Escola de Formação Paulo Freire/SME e o CFP/UFRJ.

A partir da seleção das escolas, será feito o levantamento das ações formativas realizadas em parceria com a UFRJ, com outras Instituições de Ensino Superior (se houver), com movimentos sociais (se houver) e pela própria escola. Também será feito o levantamento das necessidades formativas da unidade escolar e das vagas de estágio para estudantes dos cursos de licenciatura.

Com esse levantamento, os atores envolvidos constituirão uma agenda de encontros para planejamento das ações pertinentes às necessidades da escola, para implementação das REPs (Redes de Prática de Ensino) e para construção de um plano de avaliação permanente.

Cronograma:

2023/2025

	Ações em meses	1°	2°	3°	do 4° ao 24°
1	Definição das escolas				
2	Planejamento das ações				
3	Instituição das REPs				
4	Execução das Ações				
	Avaliação				

Tendo em vista que as ações do Projeto serão definidas e planejadas coletivamente, haverá um plano de ação, e respectivo cronograma, para cada escola envolvida.

Custos

Não haverá custos para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

CRUZ, G. B. da; FARIAS, I. M. S. de; HOBOLD, M. de S. **Indução profissional e o início do trabalho docente: debates e necessidades.** Revista Eletrônica de Educação, v.14, 1-15, jan./dez. 2020.

NÓVOA, A. **Firmar a posição como professor.** Afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, V.47, n.166, p.1106-1133, out/dez. 2017.

_____. **Os professores e sua formação num tempo ou metamorfose da escola.** Educação e realidade n 44, 2019.

_____. **Conhecimento Profissional Docente e formação de Professores.** Revista Brasileira de Educação, v.27, 2022.

REYNOLDS, D; et al. **Conectando a eficácia e o melhoramento escolar.** IN: BROOKE, N; SOARES, J. F.(Orgs). **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA P. B. de; BATISTA A.P. **Desempenho acadêmico e percepção de crianças sobre o estilos de lideranças de professores.** Psicol. Esc. Educ. [internet], 2018

ZEICHNER, K. M. **Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidades.** Educação, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 479-504, set./dez. 2010.